dos militares e se mostra inverossímil. Validade da palavra dos policiais. Súmula 70 TJRJ. Absolvição que se refuta. Desclassificação para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03. Impossibilidade. Tipo penal em comento se concretiza com o simples porte de arma raspada, sendo desnecessário questionar sobre a intenção do agente ao portar a arma nessa qualidade. Além disso, o acusado portava arma de fogo em circunstâncias absolutamente ilegais, não bastando mera alegação quanto ao desconhecimento de ser a arma raspada. Afastamento da reincidência ante a sua inconstitucionalidade. Descabimento. O instituto tem previsão em Lei Federal, (Código Penal, artigo 61, inciso I), que não foi declarada inconstitucional e o Egrégio Supremo Tribunal Federal tem decidido, reiteradamente, que o recrudescimento da reprimenda imposta resulta da opção do réu em continuar a delinquir. Aliás, o Supremo Tribunal Federal, em 4/4/2013, quando do julgamento do RE n. 453.000/RS (DJ 3/10/2013), de relatoria do Ministro Marco Aurélio, declarou a constitucionalidade da aplicação do instituto da reincidência como agravante da pena em processos criminais. DESPROVIMENTO DO RECURSO Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

183. APELAÇÃO 0199786-90.2018.8.19.0001 Assunto: Roubo Majorado / Contra o Patrimônio / Ato Infracional / DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Origem: CAPITAL VARA DA INF JUV Ação: 0199786-90.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00651221 - APTE: SIGILOSO APTE: SIGILOSO APTE: SIGILOSO APTE: SIGILOSO APTE: SIGILOSO ADOVADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000000 APDO: SIGILOSO **Relator: DES. MARCIA PERRINI BODART** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

184. AGRAVO DE EXECUCAO PENAL 0203092-67.2018.8.19.0001 Assunto: Prisão Domiciliar / Especial / DIREITO PROCESSUAL PENAL Origem: CAPITAL VARA DE EXEC PENAS Ação: 0203092-67.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00556814 - AGTE: DANIELE FERNANDA FERNANDES DA SILVA ADOVADO: PAULO CESAR DE ALMEIDA JUNIOR OAB/RJ-122972 AGDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. JOAO ZIRALDO MAIA** Funciona: Ministério Público Ementa: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DEFENSIVO DE REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELA VARA DE EXECUÇÕES PENAS QUE NEGOU O PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR À APENADA. AUSÊNCIA DE REQUISITO OBJETIVO (LAPSO TEMPORAL). INDULTO POR MATERNIDADE DE MENOR DE 12 ANOS, PREVISTO NA LEGISLAÇÃO, QUE DEVE SER COTEJADO COM AS SITUAÇÕES FÁTICAS DE CADA CASO CONCRETO PARA SEU DEFERIMENTO. NECESSIDADE INCOMPROVADA NOS AUTOS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

185. APELAÇÃO 0210737-17.2016.8.19.0001 Assunto: Posse Ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito e Outros / Crimes do Sistema Nacional de Armas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL 40 VARA CRIMINAL Ação: 0210737-17.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00462933 - APTE: FRANCISCO EUDES MARTINS DE MELO ADOVADO: WILLIAM FRANCISCO CARNEIRO OAB/RJ-143025 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. JOAO ZIRALDO MAIA** **Revisor: DES. ANTONIO EDUARDO FERREIRA DUARTE** Funciona: Ministério Público Ementa: EMENTA. APELAÇÃO. USO DE ENTORPECENTES. PORTE DE ARMA DE USO RESTRITO.AUTORIA. PALAVRA DOS POLICIAIS. VALIDADE. PENA PECUNIÁRIA. CONDENAÇÃO ORIUNDA DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. SUBSTITUTIVA. MISERABILIDADE. JUÍZO DA EXECUÇÃO. 1. A acusação apresentou prova segura e contundente quanto à culpa do réu, eis que os policiais militares narraram de maneira harmônica como os fatos aconteceram, sem olvidarmos que em momento sequer à ao contrário das testemunhas defensivas é caíram em contradição em relação aos primeiros depoimentos apresentados em sede policial, valendo neste aspecto ressaltar que o por eles dito foi inteiramente confirmado pelas testemunhas defensivas no momento em que apresentaram suas declarações na fase inquisitorial. Se levando em conta que são válidos os depoimentos dos policiais responsáveis pelo flagrante se nada for demonstrado que possa viciá-los, hipótese vertente, merecendo suas narrativas o mesmo tratamento que se dá a qualquer testemunho por não haver no sistema processual brasileiro hierarquia de provas de modo a diminuir o valor probante da palavra de policiais, até porque soaria um contrassenso o Estado incumbi-los de combater a criminalidade e depois negar crédito as suas versões, não há espaço para a busca da absolvição. 2. As dosimetrias foram fixadas no mínimo legal, inclusive a pena pecuniária prevista no artigo 16 da Lei 10.826/03 e seu valor unitário, e, havendo previsão legal acerca de sua imposição, há de ser considerada de caráter cogente e de natureza sancionatória. 3. E também assim quanto à pena pecuniária substitutiva da privativa de liberdade, até porque eventual impossibilidade de honrá-las deverá ser comunicada e comprovada no juízo da execução, não sendo a mera afirmação de hipossuficiência ou miserabilidade capaz de, nesta Instância, isentar o réu do pagamento. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

186. APELAÇÃO 0211224-84.2016.8.19.0001 Assunto: Decorrente de Violência Doméstica / Lesão Corporal / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL I J VIO DOM FAM Ação: 0211224-84.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00329840 - APTE: SIGILOSO ADOVADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000000 APDO: SIGILOSO **Relator: DES. GIZELDA LEITAO TEIXEIRA** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

187. APELAÇÃO 0221375-12.2016.8.19.0001 Assunto: Roubo Majorado / Crimes contra o Patrimônio / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL 26 VARA CRIMINAL Ação: 0221375-12.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00662950 - APTE: GILSON DA CONCEIÇÃO MACIEL DA COSTA APTE: EDSON LUIZ DOS SANTOS OUTRO NOME: HENRIQUE AGUIAR DOS SANTOS OUTRO NOME: IDALINO SOARES ILESK OUTRO NOME: JULIO CESAR PAIVA OUTRO NOME: TADEU AGUIAR MUNIS OUTRO NOME: TADEU AGUIAR MUNIZ OUTRO NOME: VOLNEI SOUZA DA CONCEICAO OUTRO NOME: VOLVEI SOUZA DA CONCEIÇÃO ADOVADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000000 APTE: CARLOS MAURICIO GALVÃO DA SILVA ADOVADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 ADOVADO: MARCOS FREITAS FERREIRA OAB/RJ-176646 ADOVADO: EVERSON CARVALHO DA SILVA OAB/RJ-171877 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. JOAO ZIRALDO MAIA** **Revisor: DES. ANTONIO EDUARDO FERREIRA DUARTE** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EMENTA. APELAÇÃO. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES. Denúncia que imputa aos acusados GILSON DA CONCEIÇÃO MACIEL DA COSTA; CARLOS MAURÍCIO GALVÃO DA SILVA e EDSON LUIZ DOS SANTOS, em união de desígnios, a conduta, praticada na data de 05/06/2016, no prédio sito à rua General Dionísio 59, bairro Humaitá, apartamento 301, de subtraírem das vítimas desse local moradoras, mediante grave ameaça consistente no emprego de armas de fogo, os seguintes bens: um Iphone, oito relógios e sessenta e uma joias, incluindo vinte anéis de ouro, dez anéis de prata, cinco pulseiras de ouro, cinco cordões de ouro, um cordão de prata e vinte pares de brincos de ouro. Sentença que condena os réus nas penas do artigo 157, §2º, I e II, do CP, fixando em desfavor de GILSON e de EDSON as penas totais de 08 (oito) anos de reclusão e pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, à razão unitária mínima de lei; enquanto ao réu CARLOS MAURÍCIO foram fixadas as penas de 06 (seis) anos de reclusão e pagamento de 14 (catorze) dias-multa, a todos sendo imposto o regime fechado. Recurso exclusivamente defensivo que espera a absolvição dos réus com fundamento em fragilidade probatória bem como a exclusão das causas de aumento de pena